



A IMAGEM DE REDENTOR DO PROFESSOR BRASILEIRO

Profª Drª Daniella Barbosa Buttler

<http://lattes.cnpq.br/9453400621177333>

RESUMO – O papel da linguagem no processo de interpretação é central, pois é somente por meio de uma manifestação textual (oral ou visual), que detectamos as representações. Neste artigo pretendemos mostrar a representação construída do profissional professor do Brasil. Para isso, foi necessário levantar suas características em situação de trabalho, bem como suas semelhanças e diferenças entre essas imagens, de acordo com o contexto. O conhecimento da história da profissão é indispensável para compreender como se construiu a docência e seu avanço ao longo do tempo. Verifica-se uma luta de representação num mesmo período e com o mesmo profissional: ora o professor é valorizado por sua paciência e bondade, ora é reconhecido por seu autoritarismo. No entanto, no mundo de hoje, com seus múltiplos problemas reais e prementes, faz com que o professor tenha de oscilar seu papel tradicional para o de outros profissionais. Além disso, circula no imaginário popular um modelo ideal de professor que coaduna com um professor cuja imagem ainda é de redenção.

PALAVRAS-CHAVE – Imagem, representação, professor, história, docente, trabalho.

ABSTRACT – The role of language in the process of interpretation is central because it is only through a textual manifestation (oral or visual), that we detected the representations. In this article we intend to show the representation constructed by professional Brazilian teacher. For this it was necessary to raise their characteristics in the work situation as well as their similarities and differences between these images, according to the context. Knowledge of the history of the profession is essential to understand how to build teaching and its advancement over time. There is a struggle for representation in the same period and with the same business: sometimes the teacher is valued for his patience and kindness, other times is valued by its authoritarianism. However, in today's world, with its many real and pressing problems, makes the teacher to swing its traditional role to other professionals. Furthermore, circulating in popular imagination an ideal model of teacher consistent with a teacher whose image is still of redemption.

KEYWORDS – Image, representation, teacher, history, teaching, work.



Introdução

Buscaremos resgatar, historicamente, a evolução do trabalho docente¹, apresentando os principais conceitos a ele referentes e como tais características chegaram ao imaginário popular. Apresentamos, inicialmente, traços centrais da história do trabalho do professor no Brasil, para depois tratar dos problemas que cercam esse *métier* na atualidade.

As representações sociais não são interpretadas só por elas mesmas, são reveladas pelos textos orais ou escritos. Sendo assim, os indivíduos que entram em contato com esses textos em práticas sociais, de leitura e de conversa, interiorizam as representações coletivas e acabam por organizá-las de modo que acabam se tornando individuais, não mais coletivas. A reconfiguração veiculada não é uma cópia nem um reflexo da realidade, já que a linguagem não espelha, ela materializa as representações, não existindo representação que não seja social.

O papel da linguagem nesse processo de interpretação é central, posto que somente por meio de uma manifestação textual, que podemos detectar representações sobre o que somos, o que pensamos, como agimos, podendo dar sentido ao nosso agir. Bronckart (1997) considera que *l'agir n'existe que dans les processus interprétatifs*.

26

Os textos trazem verdadeiros “modelos de agir docente”. Mas usamos imagem, como no título deste artigo, porque o termo “representação” é carregado de conotações cognitivistas, nos dando a impressão de que ela estaria na mente e que vamos “vesti-las” de linguagem. Essa falsa concepção como uma vestimenta de ideias, pode causar confusão. Neste artigo não mostraremos o que está na mente das pessoas, mas as reconfigurações construídas nos e pelos textos, não levando em conta o que a pessoa pensa, o que está em seu discurso, com base nas ideias de Bronckart.

Tomemos como exemplo, a obra **Douglas e o livro de Luz**, de Jack Brandão, que, além de abordar a docência aborda também a importância da história. Tal livro apresenta o papel e a importância atribuídos aos professores no decorrer da obra. Além disso, por meio de um professor, também revela a importância da História na vida das pessoas.

¹ O agir só existe no processo interpretativo.



– Que é história para os senhores? Uma matéria que existe para perdermos tempo tentando encontrar o passado que á muito já está enterrado? Não! O melhor exemplo que posso passar é o do álbum fotográfico. Lá está a história de cada um dos senhores impressa no papel. Portanto, aquela grande “perda de tempo” que o senhor Bianchi falou, não tem sentido. Mas, por que não? Porque precisamos conhecer o nosso passado para podermos compreender nosso presente. Por exemplo: se nós soubéssemos quem eram nossos avós, o que eles faziam, como viviam e como era sua relação com seus filhos, talvez pudéssemos compreender melhor algumas de nossas frustrações de hoje. Por meio daquele papel, poderemos ver nossos traços espalhados por aqueles que já passaram, mas que ainda vivem impressos para nos dar pistas. Assim é a história. Ela não é inútil, pois com ela poderemos compreender os porquês da situação do nosso país, de nossa região, de nossas cidades: nada é por acaso. (BRANDÃO, 2013, p. 16)

Percebe-se a necessidade de continuar realizando investigações históricas, procurando difundir os resultados entre a própria classe de professores e a sociedade de um modo geral, de tal modo que estas reconheçam o seu valor e o papel desempenhado no mundo. O conhecimento da História é indispensável para compreender como a profissão tem se construído e avançado ao longo do tempo no mundo. A história de uma profissão é importante porque é parte constante da história geral. A memória tem muito a contribuir com a história do trabalho docente.

O trabalho do professor no Brasil: um panorama

Toda profissão tem sua própria história e a história influencia o comportamento humano. Julgamos importante, então, abordar o papel do professor, apontando os diferentes papéis que lhe foram sendo atribuídos; construindo, portanto, diferentes (re-) configurações. Assim, para contextualizar a história desse trabalhador, arrolamos sobre *métier* os principais problemas enfrentados e, sobretudo, o processo da evolução da prática de ensino. Não nos cabe, convém salientar, discorrer sobre as complexidades do papel do professor em cada período, mas demonstrar a imagem que dele foi se construindo em diferentes contextos.

Observa-se, em primeiro lugar, que a palavra professor, de origem latina, significa, basicamente, aquele que professa ou ensina uma ciência, uma arte, uma técnica, uma disciplina. Ao tomar o verbete "professor" no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), encontramos várias definições e exemplos, tais como:



aquele que professa uma crença, uma religião; aquele cuja profissão é dar aulas em escola, colégio ou universidade; docente, mestre [...]. Aquele que transmite algum ensinamento a outra pessoa; aquele que tem diploma de algum curso que forma professores (como o normal, alguns cursos universitários, o curso de licenciatura, etc.) [...]. Indivíduo muito versado ou perito em (alguma coisa) [...]. [Alguém] que professa; profitente; que exerce a função de ensinar ou tem diploma ou título de professor.

Como se pode perceber, tais significados correspondem a um conceito genérico e vago; por isso, é necessário recorrer a outros referenciais. Vejamos então qual a configuração do professor em tempos remotos.

Desde a Antiguidade, a relação entre mestres e discípulos muito se transformou. Sócrates, por exemplo, foi muito mais do que um filósofo: na época em que a Grécia era o centro do universo, seu método consistia em dialogar com pequenos grupos em praças e mercados. Usava a célebre frase "Só sei que nada sei" para confessar sua ignorância e mostrar que todos nós construímos conceitos e que a construção de conhecimento é ilimitada. Na época, essas práticas representavam uma ameaça, porque aproximavam o mestre dos discípulos, exatamente o contrário do que faziam os filósofos, que se distanciavam do povo, guardando para si uma educação elitizada, ou cobravam caro para transmitir o conhecimento adquirido em viagens e leituras.

A educação durante a Idade Média ainda é citada por muitos como sendo um tempo de reflexo de ignorância e de barbárie; um tempo em que a Igreja escondia os conhecimentos para dominar o povo. Nobreza e clero durante mil anos, de fato, governaram o ocidente medieval. Em geral, a escola era da paróquia ou do mosteiro próximo, já que todas as igrejas tinham seu espaço escolar. Por isso, todos os alunos eram chamados de clérigos. Mas isso não significa que só se ensinava a teologia, pois os programas incluíam todas as grandes disciplinas científicas e filosóficas, gramática, dialética, além da música e da geometria. Os privilegiados eram, evidentemente, os que podiam frequentar as escolas monásticas, enquanto os filhos dos vassalos eram educados na sede senhorial.

Se fizermos um recorte do tempo no Brasil, veremos que, antes de Cabral, os índios eram instruídos por seus familiares ou pelos mais velhos da aldeia. No Brasil-colônia, o ensino se manteve concentrado nas mãos da Igreja e destinado a poucos. No Século XVI, vieram os jesuítas, que catequizavam os índios e davam aulas para os filhos dos colonos, enquanto os filhos



da nobreza e da classe dominante estudavam na Europa. A educação era baseada na hierarquia e na religião. Um desses jesuítas, fundador da cidade de São Paulo, padre José de Anchieta, ficou conhecido como apóstolo do Brasil, por sua atuação no país. Além de ter participado da fundação de São Paulo e em outras cidades brasileiras.

Para Marcílio, um século se passou até que o acesso à educação se ampliasse, fazendo com que os professores não fossem mais escolhidos para instrução entre o clero. A primeira tentativa de criação de diretrizes nacionais para instrução pública aconteceu no ano de 1827, por conta de uma lei inserida na Constituição Imperial de 1824. A partir dela, passou a ser obrigatória a instrução primária gratuita e, assim, foram criadas escolas de primeiras letras. Nestas, até pelos anos de 1870, estabeleceu-se a completa segregação dos sexos: um professor apenas lecionava para os meninos; as meninas tinham aulas com uma professora (MARCÍLIO, 2005, p. 66).

Nessa época, cabia ao professor arcar com as despesas de aluguel de sua sala de aula, ou então ministrar as aulas em sua própria casa, com todos os inconvenientes que daí resultavam. No relatório Instrução Pública da Província da Paraíba, de 1856, lê-se: "Os professores sendo obrigados a dar casa para a escola a estabelecem em seu próprio domicílio" (*apud* MARCÍLIO, 2005, p. 66). Nota-se, então, que o professor se apresentava como um preceptor, a ponto de se responsabilizar pelo espaço físico onde ministraria suas aulas. No período, era comum o professor carregar consigo a imagem de sacerdote, de acolhedor, de um ser pacífico e partidário do bem-estar dos alunos a qualquer custo.

Entretanto, também há registros de que, no *métier* docente, o profissional se utilizava de recursos violentos para disciplinar: a vara de marmelo, a palmatória, o puxão de orelha, o coque, o ajoelhar sobre o milho, a prisão na hora do recreio e após as aulas, assim como os xingamentos eram métodos comuns. Nas escolas particulares, a humilhação era maior: as orelhas de burro, o quarto escuro, a privação de alimentos, a exposição do faltoso perante as classes reunidas, o amedrontar com o inferno, etc.

Assim, ao mesmo tempo em que se tem a imagem de um professor afável, outra imagem também era visível: a do professor autoritário. É importante verificar que a (re-)configuração do agir humano, da imagem nunca é estática e contínua. Numa mesma época, pode-se ter até uma luta entre (re-)configuração.

O ambiente de Machado de Assis está muito distante do nosso. A escola do século XIX, como seu método de ensino, suas formas de castigo e as atitudes que nela são tomadas, são



tratados pelo autor nas lembranças de Pilar, em um dia nada agradável de sua infância, ambientado no Rio de Janeiro de 1840.

A personagem e seu colega passam por uma surra e assédio moral do professor porque aceitou uma moedinha em troca de um favor.

Estendi-lhe a mão direita, depois a esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros, até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas. Chegou a vez do filho e foi a mesma coisa; não lhe poupou nada, dois, quatro, oito, doze bolos. Acabou, pregou-nos outro sermão. Chamou-nos sem-vergonhas, desaforados, e jurou que se repetíssemos o negócio, apanharíamos tal castigo que nos havia de lembrar para todo o sempre. E exclamava: Porcalhões! Tratantes! Faltas de brio! (MACHADO, p. 33)

Se considerássemos o atual Estatuto da Criança e do Adolescente, será que esses castigos seriam permitidos nos dias de hoje? Tratava-se então da imagem do professor autoritário.

De acordo com Marcílio (2005, p. 160), essa era a orientação geral que os professores recebiam no Brasil. A pesquisadora aponta que, mais recentemente, a mulher foi definitivamente incluída na escola em todos os níveis (p. 326). As escolas Normais eram o setor de educação considerado para o sexo feminino. Professores homens foram sendo substituídos pelas mulheres, exceto nos cargos de direção. Aceitava-se que mulheres cuidassem profissionalmente das crianças. Era como se o vínculo materno simbolicamente se estendesse às professoras do Ensino Primário.

Já no início do século XX, enquanto o mundo vivia um momento de crescimento industrial e de expansão urbana, um grupo de intelectuais brasileiros sentiu necessidade de preparar o país para acompanhar esse desenvolvimento. Entre as décadas de 1910 e 1920, educadores e autoridades paulistas entraram com fervor, quase como uma missão, na batalha em prol da escola renovada, da luta contra as trevas do analfabetismo. Naquele momento, a "escola nova era a formação do homem, sob o ponto de vista intelectual, sentimental e volitivo; é o desenvolvimento integral desse trinômio psíquico [...] tudo para a formação do indivíduo feliz" (*ibidem*, p. 329). Nota-se, então, que toda a luta pelo desenvolvimento era em prol do aluno, já que tudo era para levar o indivíduo à felicidade. Talvez, por isso, a importância de se manter a imagem de um professor dócil, afável. A professora primária dessa época modifica-se, agora é



alegre, cândida, romântica e bem arrumada.

De qualquer modo, além de se apresentar como uma profissão nobre, o professor era sempre respeitado como um profissional que detinha a informação.

Em 1932, temos o "Manifesto dos pioneiros da Educação Nova". Esse é mais do que um programa em defesa da Escola Nova, mas, principalmente, em defesa da escola pública. A grande importância dele é, justamente, se dirigir ao povo e ao governo e conclamar as autoridades a organizarem o ensino na forma de um sistema nacional que pudesse atender a toda população.

A educação era vista, por esse grupo, como o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação, devendo se construir um sistema estatal de ensino público, livre e aberto. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo eram intelectuais que, entre outros educadores da época, com destemor, difundiram pela imprensa as teses do famoso manifesto, que procurava estabelecer as grandes diretrizes de uma política escolar centrada em novos ideais pedagógicos e sociais, planejando-se a educação para uma civilização de mudança (MARCÍLIO, 2005). Vivia-se, até 1945, a Era Vargas, cujo momento é de luta, em que a Pedagogia Nova, baseada no manifesto está em conflito com a pedagogia católica.

A partir dos anos 50, com o crescimento da indústria e do comércio, a educação passa a ser mais acessível para a população da classe média, implicando a possibilidade de ascensão social a partir da de instrução. Daí a crescente procura por matrícula e a pressão por novas escolas. Em 1953, o curso normal passa a ter equivalência em relação aos cursos de Ensino Médio para ingresso na universidade.

Com a popularização do Ensino Fundamental e Médio e da profissão nos anos 1970 e 1980, os estudantes se tornavam professores facilmente. A universalização do ensino, no entanto, acabou levando a uma constante perda do prestígio docente. Nos anos 1980, o professor perdeu prestígio quando as funções de diretor e orientador, com salários melhores, foram ocupadas por profissionais com curso superior. Com pessoas "mais qualificadas" pensando sobre o ensino, restava à normalista fazer o que os outros gerenciavam. A mulher continuava direcionada para essa profissão e a docente assumiu a representação de "tia", mais passiva e alienada.

Ainda segundo Marcílio, paralelamente à desqualificação do profissional da educação, ganhavam força teorias pedagógicas que mostravam a importância e a necessidade do vínculo afetivo entre aluno e professor para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolvesse. Ficava, assim, o professor pressionado duplamente: de um lado, a visão de que precisaria, apenas,



seguir os manuais preparados à sua revelia; de outro, a exigência desenvolver um processo contínuo e intenso de interação com seus alunos. Na sequência, entre os anos 1980 e 1990, a perda de autonomia e de poder aquisitivo do professor foi um motivo a mais para levar a classe docente a um desprestígio ainda maior.

A questão da remuneração do docente foi objeto de preocupação de Luiz Antônio Cunha que, estudando a evolução salarial dos professores do ensino básico em dois dos principais estados da Federação, constatou elementos concretos do processo de proletarização da categoria. Segundo ele, o professor primário da rede estadual de São Paulo tinha o salário médio por hora equivalente a 8,7 vezes o salário mínimo, em 1967. Já em 1979, esta média havia baixado para 5,7 vezes. Treze anos depois, desceu ainda mais: 2,2 salários mínimos. (CUNHA, 1991, p. 75) Vemos, assim, que houve forte achatamento salarial.

A proletarização do professorado, entretanto, não significou apenas o empobrecimento econômico, mas também a depauperação do próprio capital cultural que a categoria possuía, uma vez que a necessidade de sobrevivência obrigava o docente a ampliar sua jornada de trabalho, restando-lhe pouco tempo para o estudo, lazer e aprimoramento cultural. Essa opção, de certa forma, causou uma queda na qualidade do ensino. Com isso, cresceu o descontentamento e o descrédito por parte da população, que colocou maior peso de culpa nos professores.

32

Segundo Tardif, Lessard e Lahaye (1991, p. 222) – que abordam a questão no contexto francês, mas que podemos transpor para o brasileiro –, outro fator que reforça a condição de desvalorização dos professores foi a falta de um conjunto de saberes próprios, organizados, especializados, pois nas palavras desses autores, os saberes relacionados à formação profissional dos professores (ciência da educação e ideologias pedagógicas) dependem, por sua vez, da universidade e de seu corpo de formadores, bem como do Estado e do seu corpo de agentes de decisão e de execução.

Nota-se que, também no Brasil, desde os anos 1980, a falta de unidade nos cursos de licenciatura e de formação de professor levou à desigualdade entre os professores formados em universidades distintas. A heterogeneidade, certamente, sempre existiu na classe docente. Hoje, porém, ampliaram-se as diferenças: de salariais a de prestígio, tanto na rede estadual quanto na privada. Os rendimentos de um catedrático, por exemplo, superam os de um titular de escola de Ensino Fundamental e Médio. Essa discrepância na classe dos trabalhadores docentes é um complicador no momento de reivindicações, pois não há uma unidade de interesses.



Sabe-se, ainda, que a escola transmissiva, autoritária, verticalizada e extremamente burocrática mudou. O trabalho pedagógico foi reestruturado dando lugar a uma nova organização escolar, e tais modificações, sem as adequações necessárias, parecem implicar processos de precarização do trabalho docente.

De qualquer forma, apesar de, em diferentes momentos da história, terem sido atribuídas ao professor funções distintas de geração para geração, o trabalho docente, porém, é sujeito a um constantes questionamentos por parte dos diferentes setores da sociedade, inclusive da mídia.

No cinema, por exemplo, no filme **Pro dia nascer feliz**, a escola é protagonista e junto dela, o professor, bem como os adolescentes que a frequentam. Outro exemplo no mesmo gênero, mas voltado para a realidade francesa **Entre os muros da escola** mostra uma contradição na educação de primeiro mundo como a mais idealizada, já que no filme temos um professor que tenta estimular seus alunos, mas enfrenta problemas com a falta de educação e o descaso deles em aprender algo.

É evidente que, os meios de comunicação atuais como o rádio, a internet, a tevê, o jornal e o cinema contribuem para a construção de (re-)configurações do trabalho do professor. Este mesmo, muitas vezes, não se considera como um trabalhador comum. Machado (2003), por exemplo, aponta que o exercício docente sempre foi visto como "missão", como sacerdócio, o que dificultou a atribuição profissional aos docentes.

Como dito anteriormente, em época recente, a classe sofreu relativa a precarização nos aspectos concernentes ao emprego. Isso tem acontecido devido, entre outros fatores, ao aumento dos contratos temporários de trabalho, à formação inconsistente, ao arrocho salarial, à perda de garantias trabalhistas e ao crescimento de cooperativas que têm tornado. Cada vez mais, torna-se agudo o quadro de instabilidade e de precariedade no magistério público e privado.

Ao compreender todas essas mudanças, é possível perceber que consequências profundas no agir do professor ocorreram, principalmente, as mudanças sobre sua identidade. Machado (2003) trouxe, em seu projeto de pesquisa, razões para se compreender esse problema:

A massificação do ensino, o desenvolvimento científico acelerado, que o professor não tem condições de seguir, demandas sociais que se transformam aceleradamente e que exigem uma "qualidade de ensino", da qual não se explicita nem o significado, nem o objetivo; todo esse conjunto de fatores tem levado o ensino a uma crítica social contínua e, conseqüentemente, à



desvalorização do papel social do professor e a um sentimento de baixa autoestima. Os múltiplos papéis que os professores desempenham, o excesso de alunos nas classes, a pouca motivação dos alunos para o ensino escolar, os baixos salários, a multiplicação das horas de trabalho e até mesmo a violência física a que estão expostos os professores criam uma situação de trabalho extremamente difícil. (MACHADO, 2003).

Esta citação da Professora Dr^a Anna Rachel Machado nos remete a outra citação da obra **Douglas e o livro de luz**, do escritor Jack Brandão, nos expedindo aos problemas citados acima:

Nálssio não conseguia se esquecer de outro grande colégio em que trabalhou, cuja diretora – nem gostava de se lembrar do nome dela! – dizia que professores que lecionassem ali não poderiam perder tempo com a “tal da área acadêmica”! A verdade é que essa instituição vivia mergulhada em uma burocracia tão absurda que o professor só tinha tempo para preencher papel e mais papel: quanto mais papel o profissional preenchia, melhor era considerado pela direção. Bem, reflita-se que ser “bem considerado” não equivalia dizer “ser reconhecido”, mas pura e simplesmente ser alguém que sabia cumprir seu papel naquele antro burocrático. (p. 337)

Assim, a análise do cotidiano dos sistemas educacionais põe a nu alguns vieses bastante graves, a partir da observação do enfrentamento das situações problemáticas escolares. O professor, diante das variadas funções que a escola assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esse profissional é obrigado a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras exigências que contribuem para um sentimento de *desprofissionalização*, de perda de identidade, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante.

Talvez em função de todas essas transformações, nas duas últimas décadas do século XX, surgiram muitas pesquisas analisando o trabalho docente. No entanto, a perspectiva adotada por esses estudos foi, em geral, a pedagógica, acentuando a importância de métodos diferenciados, de novos materiais didáticos, de reciclagem para professores, de treinamento e de cursos de aperfeiçoamento. Percebe-se que todos esses elementos estão aquém do esperado, porque o professor continua angustiado e vive um momento de conflito.



Pesquisas efetuadas em Grupos de Pesquisa como o Alter², procuram compreender o trabalho do professor a partir de como é representado em textos, ainda que desenvolvidas com base em diferentes conjuntos de dados, em diferentes corporações. Tais estudos trazem, como resultado, um quadro semelhante: um professor sob pressão, excesso de trabalho, salário baixo, pressão da direção, indisciplina dos alunos em sala de aula, violência, demandas de pais, bombardeio de informações, desgaste físico, despreparo do corpo docente quanto a capacidades específicas, falta de domínio da disciplina e, principalmente, a falta de reconhecimento de sua atividade. São essas algumas das causas de estresse, ansiedade e depressão que vêm acometendo os docentes brasileiros, conjunto de sintomas conhecido como a Síndrome do Burnout.

Muitos desses elementos causadores de pressão são frutos de uma transformação do mundo do trabalho educacional, que não foi realizada a contento no que diz respeito a suprir as necessidades do professor na escala em que é cobrado, pois o sistema escolar transfere-lhe a responsabilidade de cobrir as lacunas existentes na instituição.

Além disso, os professores passam a ser, hoje, prestadores de serviço, sendo avaliados sob vários pontos de vista, especialmente o da mantenedora, no modelo particular, por exemplo. Em muitas instituições, o desempenho do professor é avaliado por um questionário, posteriormente tabulado e julgado, colaborando para que o profissional se sinta acuado e estressado. A título de ilustração, o projeto pedagógico da Universidade Federal de Lavras enfatiza que a direção, coordenação e alunos: “**orientam-se pela avaliação que os estudantes fazem da prestação de serviços do professor na sua disciplina**”, segundo uma lista de vários indicadores, classificados de dez dimensões da qualidade da prestação do serviço educacional (UFL, 2002/2004, grifo nosso).

Embora o Burnout tenha sua tradição na América do Norte e na Europa, já é possível verificar vários estudos realizados nos últimos anos com a população de professores no Brasil. O nome vem da expressão em Inglês *to burn out*, ou seja, queimar completamente ou consumir-se. Suas causas estão na ocupação profissional, principalmente entre trabalhadores que lidam diretamente com pessoas e demandas variadas, como o professor.

Nessa atividade, há a sensação de grande doação, mas diferentemente do que pensam

² Grupo reconhecido pelo CNPq na linha de pesquisa de Linguagem e Trabalho, no programa de Pós-Graduação do LAEL/PUC-SP, coordenado pela pesquisadora Anna Rachel Machado.



muitos, não se recebe nada em troca, o que provoca insegurança e desânimo. E o que mais faz o professor adoecer é o fato de não ser ouvido no ambiente escolar.

Essas visões normativas e moralizantes referem-se à docência sempre com uma imagem de ofício moral (TARDIF, 2005); porém, como qualquer trabalho humano, deve-se reconhecer que, para exercer a atividade educacional precisa-se saber a técnica, o objetivo, o resultado, o processo, a metodologia. Uma das maneiras para superar esse modelo de professor ideal é privilegiar o estudo sobre as representações construídas nos e pelos textos por diferentes instâncias e desenvolver uma crítica sobre as falsas e remotas representações que continuam a sustentar uma viagem negativa do docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado. **A Cartomante e outros contos**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.
- BRANDÃO, Jack. **Douglas e o livro de luz**. São Paulo: Lumen et Virtus, 2013.
- BRONCKART, J-P. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores (Tradução de Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matêncio). Campinas, SP: Mercado de Letras: 2008.
- CUNHA, L. A. “A ditadura militar e a proletarização dos professores”. In **Educação e sociedade**. Campinas, SP, vol. 28, n. 100, 2007. Disponível em < www.scielo.br>. Acesso em : 24/05/2009.
- HOUAISS, A.: VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MACHADO, A.R. “Por uma clarificação do objeto de estudo ‘trabalho do professor’”. In: GUIMARÃES, A.M.M.; MACHADO, A.R.; COUTINHO, M. A. (orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. São Paulo: Mercado de Letras. 2007.
- MACHADO, A.R. **Trabalho, Educação e Linguagem**: a morfogênese das ações em Situações de Trabalho Educacionais. Projeto de Pesquisa para CNPQ. PUC-SP. 2003.
- MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.
- TARDIF, M. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão



de interações humanas (Tradução de João Batista Kreuch). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. **Os professores face ao saber**. Esboço de uma problemática do saber docente. Teoria e Educação. Porto Alegre, n. 4, p. 215 – 233, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Projeto Pedagógico**. Curso de Engenharia Agrícola. Setembro / 2002. Lavras/2004.

